

Resenha: Fascismo/Anti-Fascismo, de Jean Barrot

Aufheben

Fonte: <http://libcom.org/library/fash-anti-fash-aufheben-1>
<http://libcom.org/library/fascism-anti-fascism-reply-aufheben-7>

"Fascism/Antifascism" (Fascismo/Antifascismo), de Jean Barrot (também conhecido como Gilles Dauvé). Black Cat Press, Edmonton (1982). Reproduzido por Unpopular Books, Box 15, 138 Kingsland High Road, Londres E8.

Este texto foi publicado pela primeira vez em 1979 como parte de uma introdução a uma coletânea de escritos de comunistas italianos de esquerda (Bordighans) sobre a Guerra Civil Espanhola.

Embora não seja recente, o panfleto está sendo analisado aqui por se tratar de uma questão contemporânea: a relação do antifascismo com a luta de classes. Metade do texto é ocupada com exemplos históricos (Itália, Alemanha, Chile, Portugal, Espanha, Rússia, a Comuna de Paris, México). O espaço não permite a discussão desses casos aqui. Em vez disso, o foco será o argumento geral apresentado por Barrot.

A introdução do tradutor resume os pontos fracos do argumento (que, sugere-se, são os pontos fracos do próprio comunismo de esquerda) da seguinte forma: marxismo dogmático, economia positivista, análises de classe obsoletas e desprezo pela classe trabalhadora. É a última dessas limitações que é a mais importante do caso de Barrot. O ponto forte de seu caso, no entanto, é o ataque claro e consistentemente intransigente ao Estado, "um instrumento de dominação de classe", que a maioria dos esquerdistas ainda propõe tratar como neutro e, portanto, "usar". Esse tema satura o argumento de Barrot.

A tese de Barrot é muito simples; é que a luta contra o fascismo (em particular) implica necessariamente o apoio à democracia, que o capitalismo necessariamente permanecerá intacto se os antifascistas apoiarem uma de suas formas contra outra. Todas as manifestações do antifascismo acabam fortalecendo o estado democrático às custas da luta de classes; assim, tanto o fascismo quanto seu nêmesis antifascismo levam ao

totalitarismo (o estado forte) e não ao comunismo. A ditadura, diz Barrot, não é uma arma do capital, mas uma *tendência* do capital.

Mas ao criticar os antifascistas por supostamente apoiarem a democracia, Barrot também pergunta: "temos uma ESCOLHA? A democracia se transformará em ditadura assim que for necessário... As formas políticas que o capital dá a si mesmo não dependem da ação da classe trabalhadora, assim como não dependem das intenções da burguesia." (p. 8).

Barrot está claramente enfatizando a lógica do estado capitalista em detrimento da contra-lógica do proletariado. A imagem que ele pinta é a de um estado capitalista altamente bem-sucedido que continuamente vence a classe trabalhadora no primeiro soco, de modo que esta última é frequentemente enganada e acaba apoiando o estado em vez de derrubá-lo. Diante disso, não é de se admirar que muitas das lutas em que a classe trabalhadora se envolve (como a luta contra o fascismo) sejam, na melhor das hipóteses, fúteis e, na pior, contraproducentes; a própria classe trabalhadora pode estar apenas contribuindo para a tendência do Estado ao totalitarismo.

Mas se abandonarmos as suposições, primeiro, de que é o Estado (capital) que sempre se move primeiro (com o proletariado como infeliz respondente) e, segundo, de que o antifascismo é um fenômeno homogêneo que, por sua própria *natureza*, toma o partido do Estado democrático, teremos um quadro bastante diferente dessa arena de luta específica. Antes de explorar perspectivas alternativas sobre o antifascismo, no entanto, é justo comparar o relato de Barrot com os grupos antifascistas atuais.

Por exemplo, a visão Bennite (que informa parcialmente o ethos da Liga Antinazista) é que "nós" (na esquerda, concebida de forma ampla) devemos esquecer nossas diferenças e nos concentrar na luta contra os fascistas (implicitamente: devemos nos unir em torno do menor denominador comum e votar nos trabalhistas). Esse argumento se baseia, em parte, na alegação de que o motivo da ascensão de Hitler foi o fato de o KPD e o SPD (social-democratas e comunistas) estarem lutando entre si, e não contra os fascistas. Mas Barrot ressalta que as forças de esquerda (que lutavam entre si) não foram derrotadas pelos nazistas; ao contrário, a derrota do proletariado já havia ocorrido quando a repressão fascista aconteceu; os revolucionários foram derrotados não pelo fascismo, mas pela *democracia*. A Liga Antinazista também é criticada (pelo Partido

Comunista Revolucionário, por exemplo) por tentar criar um movimento de massa em torno da questão dos nazistas e fascistas, quando são os racistas (não fascistas e antinazistas) no poder que são o principal problema para a classe trabalhadora (não branca) da Grã-Bretanha. A palavra "nazista" é emotiva, por isso é fácil para as pessoas concordarem em se opor ao "nazismo" enquanto continuam a tolerar o racismo e o patriotismo. Da mesma forma, em uma recente reunião pública antifascista/anti-nazista, fiquei consternado ao ouvir um palestrante da Anti-Fascist Action criticar os fascistas alegando que eles não apoiavam realmente o "nosso" país (dando a entender que o patriotismo - apoiar a "nossa" burguesia - é desejável).

Nesses exemplos, podemos ver como Barrot apontou com precisão os problemas das posições antifascistas típicas; há uma clara tendência de se opor ao fascismo com base no fato de ele ser antidemocrático e uma ameaça ao "nosso" país. Nesses casos, estamos de fato, como diz Barrot, sendo solicitados a apoiar uma manifestação do Estado contra outra. Um exemplo clássico é o caso da Guerra Civil Espanhola, na qual a estratégia anarquista para combater o fascismo era unir forças com o governo republicano.

No entanto, não é suficiente descartar todas as várias manifestações antifascistas contemporâneas apenas com base nisso. A questão é que muitas pessoas se envolvem no antifascismo *não* para apoiar a democracia, mas simplesmente porque reconhecem a necessidade de se organizar especificamente contra o BNP e grupos semelhantes que intimidam as minorias e contra ataques racistas em geral. A questão do *racismo* não é abordada por Barrot nesse panfleto. Em sua defesa, vale a pena afirmar que o fascismo e o racismo não são de forma alguma sinônimos (conceitual ou historicamente); o racismo é simplesmente uma ferramenta contingente do fascismo e de outras formas de capitalismo. Mas o racismo é a experiência da maioria das pessoas com o neofascismo atual; o fascismo quase se tornou uma justificativa teórica para o racismo em muitos casos.

O argumento de Barrot é direcionado àqueles que estão lutando exclusivamente contra o fascismo, mas ele também se refere às lutas na Itália que eram antifascistas sem serem "especificamente antifascistas: lutar contra o capital significava lutar contra o fascismo e também contra a *democracia* parlamentar". (p. 13). Em outras palavras, *nem toda* atividade antifascista implica em apoio à democracia. No entanto, a essência do argumento é a seguinte: o Estado se transforma para se adequar ao capital, portanto, "o

proletariado destruirá o totalitarismo [incluindo o fascismo] apenas destruindo a democracia e todas as formas políticas ao mesmo tempo". (p. 17). Barrot nos apresenta uma dicotomia aguda na qual qualquer coisa menos do que seu programa predefinido para a revolução (o ataque ao trabalho assalariado) é pior do que inútil. Embora, é claro, apoiemos um ataque total ao trabalho assalariado e nos reservemos o direito de criticar a recente onda de grupos antifascistas, é uma parte necessária de nosso apoio a uma classe contra a outra que confrontemos todas as forças que tentam nos dividir em linhas de "raça", nacionalidade etc. O panfleto de Barrot é importante na medida em que nos adverte contra os perigos do envolvimento em frentes populares, mas não deve ser considerado como uma justificativa teórica para ignorar os problemas concretos que afetam determinados setores da nossa classe.

Entradas: Fascismo/Antifascismo – resposta de Barrot

Introdução de Aufheben

Em *Aufheben* 1 (verão de 1992), publicamos uma breve resenha do influente texto *Fascismo/Antifascismo*, de Jean Barrot. Analisamos o texto porque ele se relacionava com as lutas que estavam ocorrendo na época e porque era uma análise com a qual simpatizávamos basicamente. A crítica ao antifascismo é necessária e importante, mas também sentimos que essa crítica tendia ao dogmatismo. Isso faz parte de uma fraqueza mais geral da esquerda italiana, da qual ela deriva.

Como outras partes da oposição comunista de esquerda à ortodoxia promovida por Moscou, a esquerda italiana tentou manter as posições comunistas diante de uma capitulação praticamente completa ao oportunismo no movimento dos trabalhadores. Parte do preço que ela pagou foi o fato de ter se tornado rígida e mecânica, com princípios tendendo a se tornar dogmas. Se, como dizem os situacionistas, devemos ser contra o sectarismo, mas a única defesa contra o sectarismo é uma linha teórica rígida, isso precisa ser equilibrado por uma resistência igualmente vigilante à tendência da teoria de se degenerar em ideologia. A oposição ao antifascismo, assim como a oposição aos sindicatos e ao esquerdismo em geral, deve ser mais do que uma denúncia ritual; deve envolver uma tentativa de entender as contradições que surgem nos movimentos e nos proletários individuais. A intransigência, a noção de invariância do programa comunista, a oposição resoluta ao oportunismo - esses aspectos da esquerda italiana permitiram que ela se apegasse aos insights da onda revolucionária que se

seguuiu à primeira guerra mundial. Mas também foram suas fraquezas: uma recusa em ver algo novo, uma incapacidade de se relacionar e aprender com a luta de classes de forma eficaz, uma tendência a se tornar uma seita pregando suas "verdades" para um mundo que não ouve.

Ao repetir em nossa resenha as atribuições do tradutor sobre as fraquezas do comunismo de esquerda a Barrot, fomos, em retrospecto, injustos. Além disso, ao expressar nossas reservas sobre a posição da esquerda italiana em relação ao antifascismo aqui e em nossa resenha, não gostaríamos de apoiar as deturpações liberais e esquerdistas da oposição desses comunistas italianos ao antifascismo. Historicamente, conforme indicado no texto de Barrot e em nossa resenha, a esquerda italiana não se absteve de combater os fascistas e outros inimigos do proletariado. Como eles apontaram, a verdadeira "frente unida" desse período foi a aliança entre o governo democrático e o fascismo contra o proletariado:

"O governo (...) havia, por meio de um decreto de 20 de outubro de 1920, enviado 60.000 oficiais desmobilizados para os campos de treinamento, com a obrigação de se inscreverem nos grupos de "squadristi". Sempre que os fascistas incendiavam as instalações dos sindicatos ou dos partidos socialistas ou comunistas, o exército e a gendarmaria estavam sempre do lado dos fascistas. E essas forças armadas eram as do estado democrático liberal". (The Italian Communist Left 1926-45; A Contribution to the History of the Revolutionary Movement, ICC, p. 21)

Nossa análise de Fascism/Anti-fascism foi publicada há seis anos. Voltamos a ela agora porque acabamos de receber esta resposta do próprio "Jean Barrot", que agradecemos.

Resposta de Barrot

Esta carta é sobre sua resenha de 1992 de *Fascism/Antifascism*, um panfleto publicado na Inglaterra duas vezes, e depois novamente pela Wildcat, sob meu pseudônimo Jean Barrot, um pseudônimo do qual me livre há alguns anos. (Uma nova versão revisada de *The Eclipse and Re-Emergence of the Communist Movement*, publicada pela primeira vez pela Black & Red, Detroit, 1974, foi agora publicada em Londres pela Antagonism Press sob meu nome 'Gilles Dauvé'.) ¹

¹ Nota de rodapé dos editores: Chegamos perto de revisar e recomendar essa edição revisada da exposição clássica do comunismo como o movimento real. O eclipse e o ressurgimento do Movimento Comunista, de Gilles Dauvé e François Martin, está disponível na Antagonism Press, c/o BM Makhno, Londres WC1N 3XX, ao preço de £3,00.

Embora eu esteja feliz por ver *o Fascism/Anti-fascism* disponível em inglês, ele nunca foi planejado para existir dessa forma. Em 1979, escrevi um prefácio de 90 páginas para uma seleção de artigos da revista "esquerda italiana" *Bilan* (1933-38) sobre a Espanha. Anos mais tarde, descobri que camaradas desconhecidos para mim haviam editado uma versão em inglês muito mais curta, como é claro, tinham toda a liberdade de fazer. Mas o que era para ser uma reflexão sobre a comunização (analisando a Rússia e a Espanha, entre outros exemplos históricos, e realmente criticando Bilan), foi reduzido a uma posição antifascista. Talvez seja por isso que seu artigo considera meus pontos de vista válidos e, infelizmente, unilaterais.

Tentarei ser mais claro.

1. O proletariado pode impedir que a sociedade capitalista se transforme periodicamente em uma ditadura?

Não.

O conflito de classes comanda os tempos modernos e se concentra na submissão e/ou resistência, rebelião, insurreição da classe trabalhadora... Isso não significa que os trabalhadores possam desviar o curso político a qualquer momento e evitar os efeitos posteriores de suas próprias tentativas de mudar a história.

Por exemplo, a luta de classes ativa determinou o nascimento e a duração da República de Weimar. Após a Primeira Guerra Mundial, a revolução foi sufocada na Alemanha por uma combinação de democracia e fascismo (os Freikorps usados pelo governo liderado pelo SPD para esmagar as revoltas dos trabalhadores em 1919-20 eram verdadeiros grupos fascistas, com muitos futuros nazistas em suas fileiras). O sistema de Weimar foi construído a partir de ataques e reveses do proletariado. Em seguida, os trabalhadores tiveram uma palavra a dizer, embora degradada e mistificada: o movimento dos conselhos foi reduzido a uma instituição burocrática, e a revolução que fracassou deu lugar a um regime de orientação socialista dominado pela esquerda. As pressões da classe trabalhadora e o conflito entre uma maioria reformista e minorias revolucionárias moldaram o período pós-guerra. Mesmo quando políticos de centro-direita estavam no poder, mesmo com Hindenburg como presidente (o SPD pediu para votar nele em 1932 como um baluarte contra Hitler...), os trabalhadores continuaram a ser a força central dos primeiros dias de Weimar e, muitas vezes, seu fator decisivo.

Mas os pesos combinados e rivais do SPD e do KPD criaram suas próprias fraquezas. Com o crash de 1929, quando até mesmo a classe dominante teve de ser disciplinada, dessa vez o capital descobriu que não apenas os radicais, mas também os líderes sindicais respeitáveis poderiam ser um fardo. O compromisso burguês-reformista iniciado pelos trabalhadores 14 anos antes tornou-se mais um obstáculo do que uma ajuda.

O hitlerismo não era inevitável, com sua parafernália grotesca e assassina. Mas, em 30 de janeiro de 1933, algum poder central forte estava na ordem do dia, e as únicas opções que restavam à Alemanha eram diretamente estatistas e repressivas, a serem resolvidas fora do alcance do proletariado.

Paradoxalmente, é a força do trabalho assalariado (reformista e radical) que o priva, de vez em quando, de qualquer participação na condução dos negócios.

2. Até que ponto o antifascismo pode contribuir para um movimento revolucionário?

É claro que o antifascismo não é um fenômeno homogêneo. Durruti, Orwell e Santiago Carrillo são todos antifascistas. Mas a questão permanece: O que é antifascismo? E o que ele é "pró" exatamente?

Sou contra o imperialismo, seja ele francês, britânico, estadunidense ou chinês. Não sou "anti-imperialista", pois essa é uma posição política que apóia os movimentos de liberação nacional que se opõem às potências imperialistas.

Eu sou (assim como o proletariado) contra o fascismo, seja na forma de Hitler ou de Le Pen. Não sou um "antifascista", pois essa é uma posição política que considera o estado ou a ameaça fascista como o primeiro e principal inimigo a ser destruído a todo custo, ou seja, ficar do lado dos democratas burgueses como um mal menor e adiar a revolução até que o fascismo seja eliminado.

Essa é a essência do antifascismo. O "antifascismo revolucionário" é uma contradição em termos - e na realidade. Qualquer coisa comunista inevitavelmente ultrapassa os limites do antifascismo e, mais cedo ou mais tarde, entra em conflito com ele.

Quando os trabalhadores espanhóis pegaram em armas contra o golpe militar em julho de 36, eles estavam obviamente lutando contra o fascismo, mas (independentemente do

nome que tenham dado a si mesmos) não estavam agindo como antifascistas, pois seu movimento visava tanto os fascistas quanto o estado democrático. Posteriormente, no entanto, quando se deixaram prender na estrutura institucional, tornaram-se "antifascistas", lutando contra seus inimigos fascistas e, ao mesmo tempo, apoiando seus próprios inimigos democráticos.

Os críticos revolucionários do antifascismo têm sido repetidamente acusados de sabotar a luta contra o fascismo, de serem aliados "objetivos" de Franco ou Hitler - o que logo se aproxima do "subjetivo"... A triste ironia é que somente o proletariado e os comunistas são oponentes fundamentais do fascismo.

O antifascismo é sempre mais favorável à democracia do que contrário ao fascismo: ele não tomará medidas anticapitalistas para repelir o fascismo e preferirá sua própria derrota a arriscar explosões proletárias. Não foi por acaso ou erro que a burguesia espanhola e os stalinistas perderam tempo e energia para se livrar das comunas camponesas anarquistas quando deveriam fazer de tudo para vencer a guerra: sua prioridade número um não era e nunca foi esmagar Franco, mas manter as massas sob controle.

Portanto, a questão não é que há muitas maneiras de ser antifascista e que indivíduos antifascistas não revolucionários podem se tornar revolucionários, como é claro que muitos farão, mas que o antifascismo como tal, para evitar um estado ditatorial, se submete ao estado democrático. Essa é a sua natureza, sua lógica, seu passado comprovado, e todos os "sim, mas" sobre isso foram afogados no sangue de Barcelona de maio de 37 dos trabalhadores que esperavam ser mais espertos que o antifascismo moderado. O antifascismo não é como uma reunião em que alguém entra e força a adoção de um novo programa. Não é uma forma: ele tem um conteúdo e uma substância política própria. Não é um invólucro "burguês" no qual a subversão poderia colocar a carne proletária.

Não é preciso dizer que não estou sugerindo que os comunistas obstinados devam participar apenas de ataques "puros" contra o trabalho assalariado e manter distância de todos os grupos antifascistas, esperando que eles nos alcancem. Sem dúvida, a rejeição de tudo o que o fascismo representa (etnicidade, racismo, sexismo, nacionalismo, lei e ordem, cultura totalmente reacionária, etc.) é muitas vezes o primeiro passo para a rebelião. De fato, muitos jovens participam de manifestações contra a Frente Nacional

Francesa porque percebem que ela exige ainda mais submissão a uma ordem social que eles odeiam, e não tanto por ser uma ameaça a uma democracia parlamentar com a qual eles não se importam muito. Então, surge a política tentando canalizar isso em um apoio à democracia. Esses gestos espontâneos se transformarão em uma crítica das raízes desse mundo se rejeitarem a base do antifascismo: o respeito pelo capitalismo democrático. Somente apontando as questões em jogo é que podemos contribuir para esse amadurecimento.

Derrotar o fascismo significa destruir suas pré-condições, ou seja, suas causas sociais = capitalismo.

3. Como podemos derrotar uma das piores forças divisórias entre os proletários: o racismo?

Certamente não tratando o racismo como outra questão a ser acrescentada ao anticapitalismo.

O racismo enfatiza uma diferença. O antirracismo faz o oposto: enfatiza algo em comum entre aqueles que o racismo divide. Esse elemento comum geralmente é o gênero humano ou a humanidade. Agora, quando um burguês também apela para isso em relação a seus trabalhadores, qual será a objeção dos revolucionários? Obviamente, esse fator comum não pode ser o mesmo para aqueles que administram este mundo e aqueles que gostariam de mudá-lo.

Na verdade, o que geralmente tendemos a fazer é substituir "Somos todos humanos" por "Somos todos proles". Dizemos: (a) um trabalhador negro é igual a um trabalhador branco, (b) ambos não são iguais a um chefe negro ou a um chefe branco. O problema é que isso não ataca o racismo; apoia a solidariedade, como de fato devemos fazer, mas a solidariedade é exatamente o que está faltando por causa do racismo. Portanto, estamos apenas substituindo um antirracismo proletário por um humanista. No entanto, ambos lutam contra o racismo em sua forma visível e não percebem suas causas.

Em 68, embora houvesse racistas por toda parte, inclusive entre os assalariados, a burguesia francesa não podia usar o racismo como uma grande arma de divisão, devido ao efeito unificador da luta de classes em massa. Mais tarde, quando a militância dos trabalhadores diminuiu, surgiram as divisões. Para mencionar apenas um marco

importante, a greve de Talbot em 1983 revelou uma divisão crescente entre os chamados trabalhadores nacionais e estrangeiros do setor automobilístico. Essa divisão foi mais um resultado do que uma causa. Será mera coincidência o fato de que 1983-4 também testemunhou a ascensão da Frente Nacional? Não foi a falta de campanhas antirracistas adequadas que ajudou Le Pen a obter até 15% dos votos. É o declínio da resistência coletiva entre os trabalhadores. O racismo se manifesta como uma ideologia, mas não é primeiramente ideológico. É um fenômeno prático, uma relação social: um dos aspectos mais perversos da competição entre trabalhadores assalariados, uma consequência da decadência das comunidades vivas e combativas. A "racialização" da classe trabalhadora acompanha sua atomização.

O proletariado não é fraco porque está dividido: suas fraquezas geram divisão. Portanto, qualquer coisa que o torne mais forte é um golpe contra o racismo. Ao mesmo tempo em que se evita o antirracismo humanista organizado, é possível combater o racismo quando se depara com ele na vida real, como muitos proletários não racistas fazem espontaneamente em um bar, no chão de fábrica ou em um piquete, recriando alguma forma de comunidade autônoma. Por exemplo, o movimento de dezembro de 95 silenciou a retórica de Le Pen. Da mesma forma, vários tumultos em propriedades reuniram pessoas do norte da África, de origem negra e "branca".

O movimento comunista tem um conteúdo tanto de classe quanto humano. Uma pergunta interessante é: qual atividade de luta de classes une os proletários e tende a acabar com o racismo na prática?

Os trabalhadores podem ser militantes e racistas ao mesmo tempo.

Em 1922, os chefes sul-africanos reduziram os salários dos mineiros brancos e abriram vários postos de trabalho para os negros. As revoltas dos "brancos" terminaram em um banho de sangue: mais de 200 mineiros foram mortos. Como nas greves contra a mão de obra feminina ou estrangeira, essa foi a pior forma de autodefesa dos assalariados.

Por outro lado, enquanto a Holanda era ocupada pela Alemanha nazista, os trabalhadores holandeses entraram em greve contra a forma como os judeus e os trabalhadores judeus estavam sendo deportados e discriminados.

A chave para a posição reacionária dos trabalhadores sul-africanos, ou para a solidariedade holandesa, não está nas mentes racistas/não racistas. As mentes são moldadas por relações e ações sociais passadas e presentes. Quanto mais aberta, global, potencialmente universal e, portanto, "humana" for uma demanda ou uma ação, menor será a probabilidade de ser restringida a linhas sexistas, xenófobas ou racistas.

Imagine um local de trabalho. Lutar para salvar empregos poderia mais facilmente aproximar a força de trabalho do racismo do que, digamos, pedir um aumento fixo de £20 por semana para cada funcionário do local. A primeira encerra as pessoas em gestos defensivos, confina-as à "sua" fábrica, isola-as de outros locais de trabalho e, por fim, divide-as entre si (quem será demitido? Meu colega de trabalho, espero, não eu!). Por menor que seja, a segunda demanda une as pessoas independentemente de gênero, nacionalidade ou habilidade profissional e pode vinculá-las a locais de trabalho fora do seu, já que muitas outras pessoas podem aceitá-la e começar a pedir o mesmo aumento ou algo ainda mais unificador.

Algumas reivindicações e táticas reforçam as diferenças comerciais, locais ou de "raça". Outras envolvem a interação de uma comunidade cada vez maior, abrem novas questões e rompem divisões "étnicas", etc.

A única maneira de derrotar o racismo é abordá-lo em um nível geral e "político", mostrando como qualquer divisão entre os proletários (e o racismo ainda mais cruelmente do que a xenofobia) sempre termina com eles (todos os proletários) em situação pior, mais degradada, mais submissa.

O racismo deve ser abordado, não como uma questão separada, e nunca como uma ideologia detestável a ser esmagada por uma ideologia calorosa.

Gilles Dauve, 1997